

PUTA LIVRO

(ORGS.) ANGELA DONINI
LAURA MURRAY
NAARA MARITZA
NATÂNIA LOPES
PATRÍCIA ROSA



Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional Creative Commons. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

ORGANIZAÇÃO

Angela Donini

Laura Murray

Naara Maritza

Natânia Lopes

Patricia Rosa

REVISÃO

Natânia Lopes

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO
LARALORE STUDIO

ILUSTRAÇÕES

LEONARDO LUBATSCH

PARECERISTAS

Amanda Calabria

Ana Paula da Silva

Angela Donini

Elaine Bortolanza

Flavio Lenz

Gabriel Alencar

Jose Miguel Olivar

Natânia Lopes

Naara Maritza

Laura Murray

Patricia Rosa

Soraya Simões

PARCERIAS

CasaNem

Coletivo Puta Davida

Critical Trafficking and Sex Work

Studies/Centre for Feminist
Research - York University
LaPeSPI - NEPP-DH/UFRJ
Observatório da Prostituição -
LeMetro/IFCS e IPPUR/UFRJ
Poplab - UNIRIO

FINANCIAMENTO
FAPERJ

Pesquisa: Os impactos dos megaeventos
esportivos nos mercados do sexo no Rio
de Janeiro (E-26/2010.137/2016)

Pesquisadora responsável:
Soraya Silveira Simões

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Puta livro [livro eletrônico] / (orgs.) Angela
Donini...[et al.]. -- Rio de Janeiro :
Ed. da Autora, 2022.

PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Laura Murray, Naara Maritza,
Natânia Lopes, Patrícia Rosa.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-57281-0

1. Artigos - Coletâneas 2. Coletivo Puta Davida
 3. Feminismo - Brasil 4. Gênero e sexualidade
 5. Imagens 6. Organização social e política
 7. Prostituição 8. Textos - Coletâneas
- I. Donini, Angela. II. Murray, Laura. III. Maritza,
Naara. IV. Lopes, Natânia. V. Rosa, Patrícia.

22-136669

CDD-B869.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Miscelânea : Literatura brasileira B869.8 Henrique
Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

Coletivo Puta Davida
Instagram: @coletivoputadavida
coletivoputadavida@gmail.com

UMA ANÁLISE SÓCIO- HISTÓRICA SOBRE O «CONDE»: O território de prostituição travesti em Lisboa

De bairro prestigiado a bairro estigmatizado

O “Conde de Redondo” é, na cidade de Lisboa (Portugal), o principal território onde travestis e transexuais exercem a prostituição de rua. Este território – comumente designado pelas trabalhadoras do sexo como o «Conde» – provém historicamente do Palácio dos Condes de Redondo erguido, na segunda metade do século XVII, nas suas terras de família situadas no lado oriental da Avenida da Liberdade (Consiglieri, Ribeiro, Vargas & Marília, 1995, p. 145¹). A partir de 1878, os terrenos e caminhos que serviam a quinta anexa ao Palácio, confinadas entre a Rua de Santa Marta, a Rua do Chafariz d’Andaluz (atualmente denominada Largo de Andaluz) e a Rua Cruz do Taboado (atualmente denominada Rua Gomes Freire) foram palco de uma urbanização que veio a alterar drasticamente toda a sua fisionomia rural. A Rua da Sociedade Farmacêutica foi, então, a primeira a ser construída. Posteriormente, nasceram palacetes, vivendas, chalés, residências e prédios que fizeram da região uma zona habitacional de

¹ Este imóvel alberga, hoje, a sede da Universidade Autónoma de Lisboa.

excelência para muitos nobres e burgueses (Junta de Freguesia do Coração de Jesus, 1995, p. 27). Assim, a 10 de Junho de 1880, por altura do centenário da morte do poeta Luís de Camões, é solenemente inaugurado um bairro novo em Lisboa: o Bairro Camões. Em 1902, quando a companhia urbanizadora já se encontrava na falência, a Câmara Municipal de Lisboa assumiu a conclusão do bairro, que se prolongou pela Primeira República, tendo atribuído o topónimo Rua Conde de Redondo à então Avenida da Índia (Consiglieri et al., 1995, p. 148²).

O bairro desenvolveu-se segundo uma malha praticamente ortogonal, composto por oito quarteirões de forma retangular e quatro quarteirões de configuração diversa, sendo delimitado pelas ruas de Santa Marta e Gomes Freire, situadas a ocidente e oriente respectivamente, a sul pelo Hospital Miguel Bombarda e a norte pela Avenida Duque de Loulé. É em função da Rua do Conde de Redondo – considerada uma artéria principal – que foram estabelecidas as ligações às ruas perpendiculares, nomeadamente, as da Sociedade Farmacêutica, Luciano Cordeiro, Bernardo Lima, Ferreira Lapa e Gonçalves Crespo, e assegurada a continuação da Rua Alexandre Herculano até à Avenida da Liberdade, um dos eixos mais importantes da cidade de Lisboa (cf. Figura 1). Por ser contíguo à atual Praça do Marquês de Pombal – palco de diferentes episódios sócio políticos (e.g. paradas militares, cortejos cívicos, concentrações, manifestações) e eventos lúdicos (e.g. corsos de Carnaval, marchas populares, festas, feiras e exposições) – transformou-se num importante espaço urbano de sociabilidade, atraindo muitos lisboetas de então, que aqui se deslocavam à procura de lazer, convívio e entretenimento.

² Mais tarde, a 19 de Outubro de 1951, foi homologado, em reunião da Comissão Consultiva Municipal de Toponímia de Lisboa, que os letreiros toponímicos passassem a escrever-se Rua do Conde de Redondo, em vez de Rua Conde de Redondo.

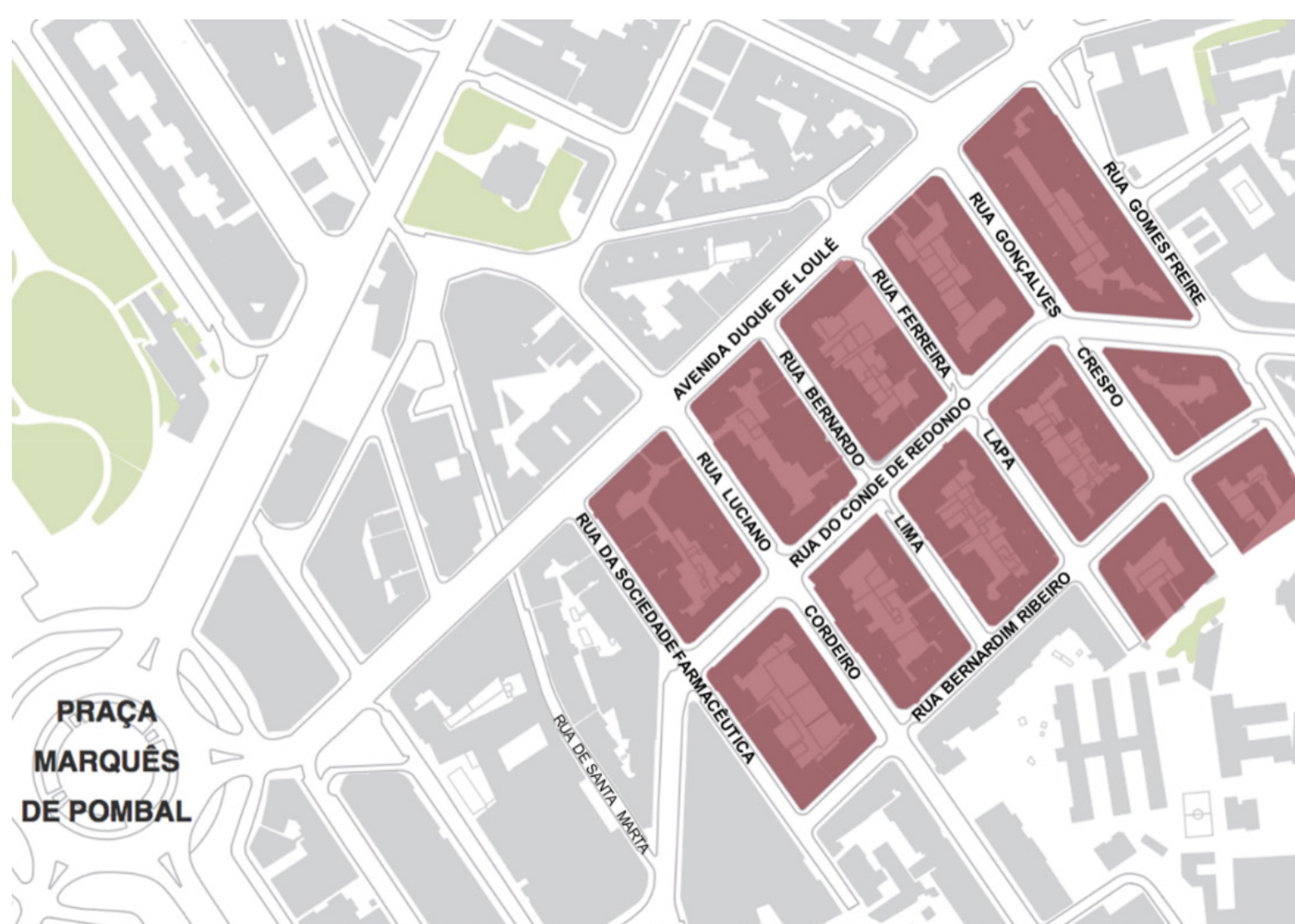


Figura 1
Bairro Camões («O Conde»)

A par de outros fatores, dos quais se destacam a fácil acessibilidade, a localização no “coração da cidade” (Consiglieri et al., 1995, p. 142), próximo a determinados equipamentos já existentes (p. ex. Hospital de Santa Marta; Hospital Santo António dos Capuchos), assim como a outros entretanto aí instalados (nomeadamente o Liceu Camões, cuja construção foi concluída em 1909), veio tornar o território apetecível a diferentes populações e investidores com um padrão aquisitivo acima da média, acabando estes por aí se fixarem. Ao longo dos anos, o número de residentes da (antiga) Freguesia do Coração de Jesus, que abrangia grande parte do Bairro Camões, teve um crescimento acentuado, passando de 12.039 habitantes em 1911, para 21.973 habitantes em 1940. Esta concentração demográfica traduziu-se, pois, na necessidade de instalação de novos projetos urbanísticos, de áreas residenciais em zonas circundantes ao bairro. Porém, desde a década de 1950 até à atualidade, a freguesia assistiu a um crescente avanço dos processos de terciarização, com a introdução de inúmeros serviços e atividades comerciais, financeiras e imobiliárias. A substituição de velhos edifícios (alguns dos quais através da sua demolição) por lojas, escritórios, embaixadas, consultórios, bancos, clínicas, pensões e hotéis, acabou por fragmentar e descaracterizar o território da sua componente eminentemente residencial

e introduzir “profundas dissonâncias e alterações funcionais e estruturais” (Junta de Freguesia do Coração de Jesus³, 1995, p. 27). Mais recentemente, a especulação imobiliária e a inflação dos preços dos imóveis verificada nas últimas décadas potencializaram a expulsão dos seus moradores, com implicações na redução do número de residentes. Os dados dos últimos censos dão conta que a freguesia apresentava, em 2011, apenas 3.689 habitantes (INE, 2011), e o aumento do número de idosos e consequente diminuição de jovens, traduziu-se num índice de envelhecimento de 256, quando o de Lisboa (cidade) era de 117⁴.

Durante os dias de semana, a circulação de transeuntes, carros e transportes coletivos nas ruas do «Conde» devia-se, em larga medida, a uma população externa a ele, que aí recorria por razões profissionais, comerciais, lazer ou outras. Porém, com o cair da noite, o encerramento dos estabelecimentos e o regresso de muitos indivíduos às suas casas, o bairro mergulhava numa quase desertificação, ficando reduzido a alguns cafés e restaurantes que se mantinham em atividade até mais tarde, e a alguns condutores e taxistas que apressadamente por ali passavam. O território conciliava a acessibilidade própria de um centro urbano movimentado e a privacidade proporcionada pela reclusão noturna, garantindo discrição e invisibilidade a quem ali se deslocava. Todas estas condições favoreceram o florescimento de atividades, serviços e estabelecimentos comerciais ligados à indústria do sexo, que passaram a fixar-se

³ Atualmente, na sequência da reorganização administrativa da cidade (Lei n.º 56/2012 de 08 de novembro de 2012), grande parte do Bairro Camões passou a integrar a Freguesia de Santo António, com exceção da Rua Gonçalves Crespo e parte das ruas Bernardim Ribeiro, Conde de Redondo e Ferreira Lapa que integraram a Freguesia de Arroios.

⁴ O índice de envelhecimento é expresso no número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Isto significava que, por cada 100 jovens existiam, na freguesia, 256 pessoas idosas.

nessa região. Com efeito, o «Conde», outrora prestigiado, passou a ser considerado um território estigmatizado, ligado, sobretudo, à prática da prostituição.

É a partir de um trabalho etnográfico de duração prolongada nos contextos de prostituição do «Conde», sobretudo travesti, que envolveu diferentes técnicas – como a realização de observação participante, entrevistas, notas de campo, entre outras – que resultou a obra *Virar Travesti: Trajetórias de Vida, Prostituição e Vulnerabilidade* (RAMALHO, 2019) da qual surge o presente capítulo. Este tem a pretensão de realizar uma breve análise sócio-histórica sobre o modo como este território foi sendo associado à prostituição travesti, ainda que nele figure, na atualidade, uma diversidade de agentes ligados à indústria do sexo.

Das primeiras travestis à ocupação do «Conde»

Ainda que pouco explorada, a história da prostituição travesti em Portugal é relativamente recente. Eduarda, a travesti “veterana” mais antiga do «Conde»⁵ – atualmente com 67 anos de idade – explicou-me que o fenómeno apenas teve início no período prévio ao da revolução de 25 de Abril. «Antes disso não havia nada», afirmou ela. Com orgulho de ter pertencido ao grupo das primeiras travestis prostitutas,⁶ e como tal uma das “pioneiras”, afirmou que «tudo começou em 1974, na Rua Castilho, lá em cima ao pé do Parque Eduardo VII⁷». Na altura, a atividade da prostituição era considerada um desvio à “moral e bons costumes”, e a apresentação pública de trajes femininos por parte de indivíduos do sexo masculino era vista como uma “anormalidade”. «Na altura, não se podia usar saias», esclareceu.

⁵ Nome fictício por forma a assegurar o anonimato.

⁶ A maior parte destas já faleceram, outras encontram-se emigradas em Paris.

⁷ Considerado um território predominantemente de prostituição masculina.

Esta conduta subvertia profundamente “os valores de honra masculinos, confundia as identidades de gênero, perturbava os códigos que geriam as relações entre os dois sexos, recusava a instituição familiar – pilar do Estado Novo” (BASTOS, 1997, p. 238). Deste modo, os comportamentos “impróprios” destes protagonistas tinham de ser corrigidos, competindo à lei vigiar, julgar e punir. A criminalização das “práticas de vícios contra a natureza”, nas quais estavam contempladas não só as práticas de travestilidade, como também da prostituição e a homossexualidade, encontravam-se enquadradas pela Lei de 20 de Julho de 1912, sobre a mendicidade, cuja revisão do Código Penal de 1954 trouxe medidas repressivas adicionais, que permaneceram em vigor até 1982 (ALMEIDA, 2010).

Para assegurar que a lei fosse cumprida passou a promover-se uma intensa repressão e perseguição policial, que obrigavam as travestis a fugir. «Escondíamos-nos debaixo dos carros [...] ia tudo a correr aos saltos [...] tirávamos os sapatos, doidas», recordou Eduarda acerca desse tempo. Mas as travestis que tinham a má sorte de serem apanhadas nas malhas da “justiça”, eram colocadas dentro de carrinhas e conduzidas para a 1ª esquadra de investigação criminal (situada na Rua Gomes Freire) ou para a 4ª esquadra de Lisboa (situada na Rua de Santa Marta), onde eram detidas e identificadas. A sua saída estava condicionada pelo pagamento de uma multa. Quando libertas, muitas vezes já ao amanhecer, eram obrigadas a regressar a casa em condições vexatórias: sem maquiagem, sem peruca, mas vestidas de mulher. A humilhação era tão grande e violenta que, algumas, começaram a prevenir-se com dinheiro para pagarem, de imediato, a multa. Em casos de maior gravidade eram levadas a tribunal e encarceradas em prisões e em albergues da Mitra de Lisboa, tal como relatou Eduarda.

Às vezes levavam-nos para a esquadra e eu era a última a sair. Eles [os polícias] diziam-nos «lavar a esquadra», «varrer a esquadra», «limpar a esquadra toda!» Bem que a esquadra podia cair de pé que eu não fazia nada. Eu não limpava! [...] Lá na esquadra, às vezes elas [as travestis] estavam todas em fileira. Os polícias passavam por elas e pisavam-lhes os pés de propósito. Quando me faziam isso eu dizia logo «PORRA, MAS QUE MERDA É ESTA!» [...] E daqui ia muitas vezes para a Mitra, onde estavam os velhos. E eu de lá, fugia. Já estive na cadeia muitas vezes [...]. Eu sofri muito. Muito. [...] estive na cadeia e os guardas davam-nos a comida como se fôssemos cães. E uma das vezes eu não aguentei. Assim que ele nos lançou a comida como se fôssemos cães eu dei-lhe com o copo na cara que lhe parti a cabeça. [...] Fecharam os presos todos. Nisto abriram-me a cela e estava uma turma de polícias com capacetes à porta da minha cela. Eles queriam que eu saísse, mas eu não saí. Eles atiraram uma bola de gás e aquela merda era fumo por todo o lado. Os presos não se calavam na galeria e a bater contra as portas. Como eu não saí, eles fecharam-me lá. E eu tinha comigo uma lâmina, daquelas de fazer a barba. Agarrei nela e cortei-me toda nos braços. Olhem [disse, arregaçando as mangas, para mostrar os dois braços⁸ golpeados desde os pulsos até aos cotovelos]. Toda cheia de golpes. Eu estava cheia de sangue por todo o lado. [Eduarda]

Eduarda reconhecia a sua atitude insubordinada, razão pela qual se referia a si própria como “revolucionária”. Por vezes dava a conhecer às “novatas” que a possibilidade de, hoje em dia, poderem apresentar-se publicamente no gênero feminino sem que tal ato implique uma sanção legal, só foi possível graças a ela e a outras corajosas que lutaram afincadamente a favor da livre expressão e identidade de

⁸ Neste período repressivo era habitual, entre as travestis, existirem práticas de automutilação. Ao serem capturadas e encarceradas em prisões e albergues, cortavam-se (especialmente nos antebraços) com uma lâmina, na tentativa de serem libertas e conduzidas, de imediato, para uma unidade local de saúde. Esta mesma prática foi verificada por Kulick (2008 [1998]), Oliveira (1994) e Pelúcio (2005), junto das travestis brasileiras.

gênero. Embora permaneçam invisíveis, as travestis foram figuras extremamente importantes na construção da história do gênero e da sexualidade em Portugal.

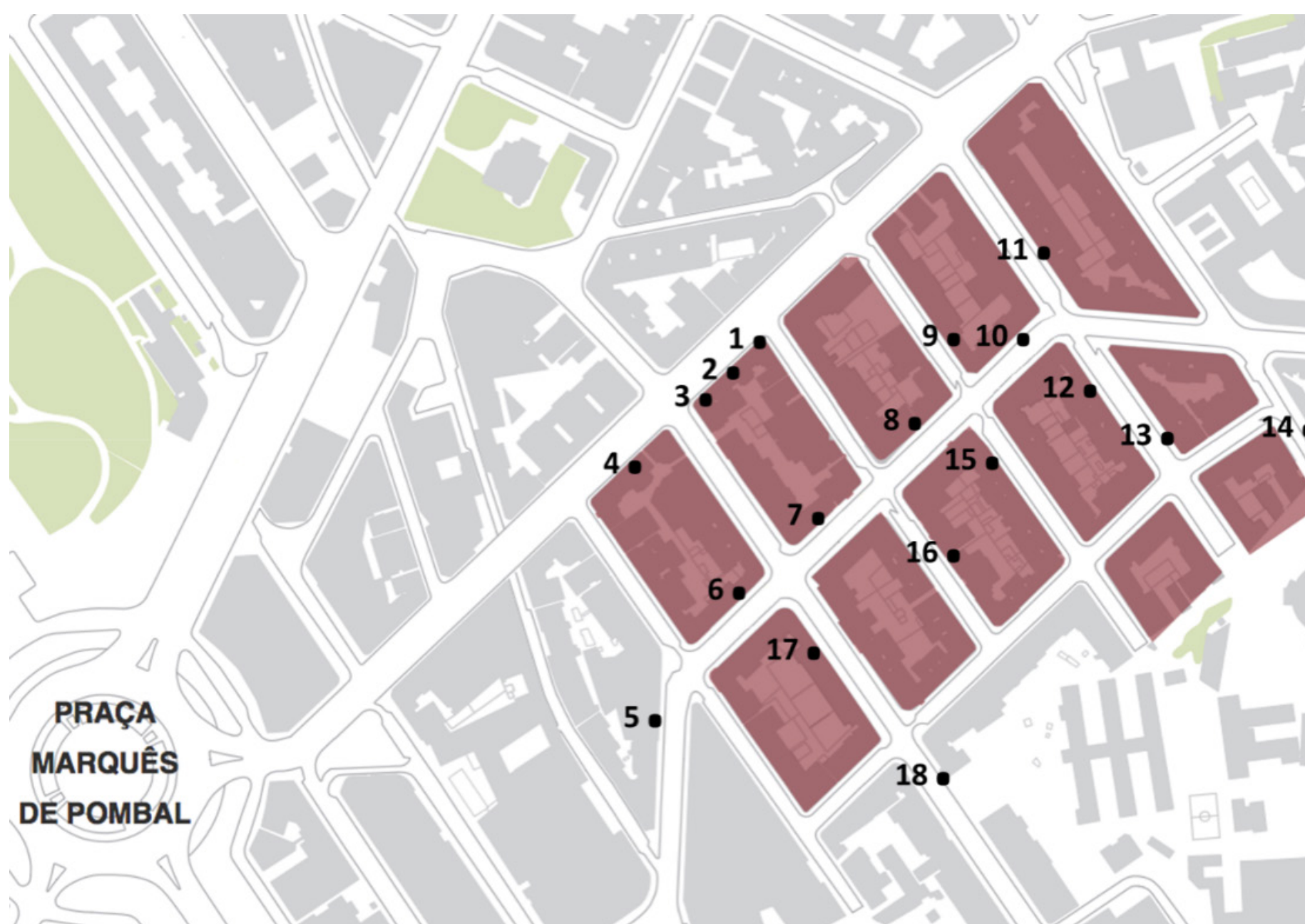
Mais tarde, da Rua Castilho – local onde tinham iniciado a prática da prostituição – as travestis deslocaram-se para a zona do Parque Mayer e ruas adjacentes, nomeadamente, a Rua do Salitre, a Praça da Alegria, a Rua das Pretas, assim como a Rua Condes. Em 1976, restabelecem-se num novo território de prostituição, próximo ao famoso clube noturno Cova da Onça, situado no n.º 244-B da Avenida da Liberdade. Neste período, o cruzamento entre a Praça do Marquês de Pombal com a Avenida Duque de Loulé era, também, um outro ponto de paragem para algumas delas. Por se encontrarem próximas ao “Conde de Redondo” – um local já frequentado por mulheres prostitutas – acabaram por ocupá-lo no início da década de 1980. «Fomos lá para cima [Conde] entre 81 e 82 [...] Havia ali as mulheres e tudo», confidenciou Eduarda. A prostituição que outrora tinha sido exercida de forma difusa por vários espaços da cidade – facto também evidenciado na publicação *Os Travestis de Lisboa* (1977) de Arinto e na obra *Prostituição Masculina em Lisboa* (1882) de Duarte e Clemente – passou, então, a estar maioritariamente concentrada na zona do «Conde».

À medida que elas foram conseguindo atrair e fidelizar cada vez mais clientes e, conseqüentemente, ganhar uma maior centralidade nesse território, sentiram a necessidade de o apropriar. Com efeito, a sua disputa e dominação materializou-se na expulsão da quase totalidade das mulheres prostitutas que aí se encontravam, acabando estas por “migrar” para outras zonas da cidade à procura de maior clientela, nomeadamente, para a zona do «Técnico» (i.e. Instituto Superior Técnico de Lisboa) e da «Artilharia» (i.e. Rua da Artilharia I). Na atualidade, existe apenas um número

muito reduzido de mulheres a exercerem a prostituição no «Conde», estando, porém, subjugadas a uma espacialidade restrita, junto à Residencial Dallas, na Rua Gonçalves Crespo, e a uma convivência e interação limitada com as travestis. Embora se reconheça a existência (pontual e inexpressiva) de prostituição travesti noutros territórios (nomeadamente na «Artilharia», em Lisboa, ou na mata de Rio de Mouro, em Sintra), o «Conde» constitui-se o maior e mais importante local de prostituição de rua travesti da Grande Lisboa, sendo as ruas do Conde de Redondo, da Sociedade Farmacêutica, da Luciano Cordeiro, da Gonçalves Crespo e da Bernardim Ribeiro as zonas de maior concentração prostitucional.

Um território comercializador de (inúmeros) prazeres

À primeira vista, por serem facilmente visíveis, as travestis parecem ser as únicas protagonistas que, durante a noite, prestam serviços sexuais no «Conde». Por isso, não é de estranhar que grande parte da população o associe às travestis. «Conde» e travestis são, hoje, praticamente sinônimos. Mas uma observação mais atenta revela a existência de um número considerável de outros agentes direta ou indiretamente ligados à indústria do sexo. Durante o trabalho etnográfico realizado (RAMALHO, 2019), identificou-se e mapeou-se neste território um total de 19 espaços (Figura 2), entre sexshops, saunas, clubes privados de alterne, pensões, residenciais, «puteiros», bares de striptease, boîtes e discotecas, um verdadeiro rodízio de casas e estabelecimentos comerciais que vendiam múltiplas formas de diversão, erotismo, sexo e prazer. A diversidade era tal que conseguia captar diferentes tipos de públicos em termos de gênero, orientação sexual, idade, classe e nacionalidade.



- | | | |
|--------------------------|--|-------------------------------|
| 1. Bar (alterne) | 8. «Puteiro» | 15. «Puteiro» |
| 2. Bar (alterne) | 9. Discoteca (<i>striptease</i>) | 16. Bar (<i>striptease</i>) |
| 3. Bar (alterne) | 10. Bar (alterne e <i>striptease</i>) | 17. Bar (alterne) |
| 4. Sex shop | 11. «Puteiro» | 18. Sauna |
| 5. Sex shop | 12. Pensão do Monhé | 19. Bar (clube de sexo gay) |
| 6. «Puteiro» | 13. Residencial (prostituição) | |
| 7. Pensão (prostituição) | 14. Bar (alterne) | |

Figura 2 Casas e Estabelecimentos Comerciais Ligados à Indústria do Sexo

O «Conde» não é um território onde apenas existem travestis. Esta é uma ideia estereotipada, imprecisa e, se não mesmo, falsa. Nele radica um enorme e diverso mercado comercializador de serviços eróticos e sexuais, dentro do qual as travestis não participam. Não porque não querem, mas porque simplesmente são proibidas de frequentar algumas das casas e estabelecimentos comerciais. Este tipo de discriminação é baseada puramente numa questão de gênero. Corpos “infratores”, que se mostram em conflito com a ordem vigente, sofrem penalidades, sanções e rejeições no próprio espaço onde são identificados como figuras centrais. A concepção que Ornat (2008) apresenta sobre o território, é de que ele não é um mero espaço físico, mas um espaço fruto de interações humanas e, por isso, delimitado por e a partir de relações de poder que posicionam os indivíduos em “centro” e “margem”. Neste caso, a exclusão que as travestis são alvo, sem possibilidades de usufruir de toda a espacialidade, “forças-as” a viver como outsiders, a apropriar-se e a disputar as margens, as periferias,

as ruas e os espaços públicos. Privadas de regulamentação que enquadre e defina o seu trabalho, têm de se valer de uma enorme exposição pessoal para conseguirem angariar clientes. À primeira vista, parecem ser as únicas protagonistas do mercado sexual, mas na realidade são a expressão mais visível e também a mais estigmatizada.

Referências

ALMEIDA, São José . Os homossexuais no Estado Novo. Porto: Sextante Editora. 2010.

ARINTO, Carlos. Os travestis de Lisboa: Os subterrâneos de um negócio que floresceu depois do 25 de Abril. *Opções*, 24, pp. 34-37. 1997.

BASTOS, Susana. O Estado Novo e os seus vadios. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1997.

CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José, & MARÍLIA, Abel. Pelas freguesias de Lisboa: De Campo de Ourique à Avenida. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 1995.

DUARTE, Antônio, & CLEMENTE, Hermínio. Prostituição masculina em Lisboa (3ª ed.). Lisboa: Contra-Relógio. 1982. Instituto Nacional de Estatística. População residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios (Quadro Resumo 1.01). 2011. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros
Junta de Freguesia do Coração de Jesus. Junta de Freguesia do Coração de Jesus. Agenda Cultural, Lisboa, série 5, n.º 58, 23-31. 1995.

KULICK, Don. Travesti – Prostituição, sexo, género e cultura no Brasil. (C. Gordon, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz (trabalho original publicado em 1998). 2008.

Lei nº 56/2012, 08 de Novembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 2016. Disponível em: http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/lei_56_2012_freguesias_lisboa.pdf

OLIVEIRA, Neuza. Dama de paus: O jogo aberto das travestis no espelho da mulher. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1994.

ORNAT, Márcio. Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Dissertação de mestrado em gestão do território, sector de ciências exactas

e naturais, apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2008.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, 25, 217-248. 2005.

RAMALHO, Nélon. "Virar Travesti". Trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social. Lisboa: Tese de doutoramento em serviço social apresentada ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. 2019.

